

Dornelles propõe pacto para Carta de consenso

BRASILIA — Indicado pelo PFL para falar no debate temático sobre "Economia, propriedade e estatuto de empresa nacional e estrangeira", na sessão noturna de ontem da Constituinte, o Deputado Francisco Dornelles (RJ) propôs, com base no exemplo da Constituição espanhola, um grande entendimento interpartidário, através de um pacto político capaz de transformar a futura Carta "no instrumento jurídico que deve ser o primeiro símbolo da unidade nacional". Ele defendeu uma Constituição, nem de direita nem de esquerda, "que garanta uma ordem econômica que privilegie a empresa privada mas com possibilidades de intervenção do Estado sempre que o bem comum exigir".

Dornelles disse que somente o entendimento político possibilitará a elaboração de uma Carta de consenso, que "permita a adaptação das regras básicas da sociedade às alternâncias de poder características do sistema democrático". E frisou:

— Se uma Constituição predetermined em seu texto, por escassa maioria, respostas às controvérsias econômicas e sociais em torno das quais se trava a disputa política de todos os dias, ela estará simplesmente eliminando a competição democrática, impedindo a possibilidade de alternância das ideologias no poder, bloqueando a evolução das idéias na



Dornelles: intervenção só pelo bem comum

sociedade e cassando do eleitorado o direito de mudar de opinião.

Como proposta de ordem econômica do PFL, o Deputado e ex-Ministro da Fazenda abordou 13 itens, a começar pelas premissas do crescimento, economia de mercado e iniciativa privada. Na proposta da Frente Liberal, o Estado estaria preparado para intervir na economia como fonte de incentivo fiscal e "sempre que o bem comum exigir". De acordo com Dornelles, com essa fórmula a Constituição teria condições de atender a vá-

rias tendências ideológicas de governo, ficando em aberto o conceito do "bem comum".

Para o PFL, segundo o Deputado, a preferência no processo econômico deve ser dada ao setor privado, cumprindo ao Estado a orientação subsidiada, o estímulo e a fiscalização. O ex-Ministro também defendeu a desconcentração do poder e a descentralização do processo decisório, limitando a interferência do Governo nas empresas privadas e na vida do cidadão.

A reforma agrária foi abordada por Dornelles, em termos gerais, como um mecanismo que dê a um só tempo a utilização social às propriedades improdutivas e amplie as possibilidades de fixação do homem no campo. Ela deve vir acompanhada, na Constituição, segundo proposta do PFL, pela definição de uma política agrária que promova o uso da terra e a produção de alimentos, através de financiamentos e preços mínimos realistas, e de uma reforma urbana, visando à melhoria das condições de vida nas regiões metropolitanas.

Na área trabalhista, o Deputado defendeu a implantação, através da nova Carta, do seguro-desemprego, a garantia do direito de greve e a autonomia e liberdade dos sindicatos, além da participação dos trabalhadores na gestão e no lucro das empresas. A prioridade, no desenvolvimento econômico, deve ser dada, na opinião de Dornelles, ao setor industrial, "com a presença preponderante da empresa nacional sob forma de sociedade aberta".